

## **PROGRAMA DO EVENTO**

### **MÓDULO I – PREGÃO Parte Geral**

Introdução

Contextualização do pregão no Brasil

Normatização do Pregão

Comentários às alterações decorrentes da conversão da Medida Provisória nº 2.182-18, de 2001 na Lei nº 10.520, de 2002.

Validade dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, após a conversão da Medida Provisória nº 2.182-18, de 2001 na Lei nº 10.520, de 2002.

Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Licitações

Utilização do Pregão: Obrigatoriedade ou Facultade?

Princípios

Características peculiares do pregão

Escolha da Melhor forma: (Presencial ou Eletrônica)? Aspectos a serem analisados.

### **Conceitos**

Bens e Serviços Comuns

Conceito de bens e serviços comuns

A Relação em anexo ao Decreto nº 3.555, de 2002 é pertinente? É taxativa ou exemplificativa?

Atinge as aquisições pela forma eletrônica?

Bens Incomuns

Vedações legais à contratação por Pregão

Bens de Informática podem ser comprados por Pregão? O problema do Processo Produtivo Básico

### **Processo Licitatório - Documentos Necessários**

Decorrentes da Lei nº 10.520, de 2002

Decorrentes do Decreto nº 3.555, de 2000

Decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal

### **MÓDULO II – PREGÃO**

Fase Interna

Preparando a Licitação

Exigências a serem observadas

Atribuições da Autoridade Competente

O Pregoeiro e suas atribuições

O Edital

### **Pregão Presencial - Fase Externa**

Convocação dos Interessados

Publicação do Aviso

Etapa Competitiva

Sessão Pública do Pregão Presencial

Tratamento diferenciado à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ( Lei Complementar nº 123, de 2006)

Habilitação

Oportunidade legal para saneamento documental da Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – limites impostos ao poder saneador

Momento da apresentação documental para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Recursos no Pregão Presencial

Adjudicação e Homologação

Penalidades

Revogação e Anulação

### **Pregão Eletrônico – Forma Virtual de Licitar Decreto nº 5.450, de 31/5/2005**

O Governo Federal poderá ceder o uso de seu sistema a outro Órgão ou entidade dos demais poderes e para os demais entes?

Credenciamento

O que fazer em caso de perda da senha ou quebra de sigilo?

Quem indica o provedor do sistema e providencia o credenciamento do Pregoeiro e de sua equipe de apoio?

Equipamentos necessários: computador, linhas telefônicas disponíveis, etc.

Objeto

O Edital

Dados que deverão conter o Aviso do Edital

Horário padrão a ser adotado no Pregão Eletrônico

No Pregão Eletrônico, como se opera a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, de que trata a Lei nº 10.520, de 2002

Fornecimento e cobrança do Edital

Restrições legais.

### **MÓDULO III – PREGÃO Pregão Eletrônico - Fase Externa**

Publicidade

Impugnação do Edital

Sessão Pública do Pregão

O problema da desconexão - responsabilidades

Abertura da Sessão

Propostas e Lances

Se houver Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte?

Tratamento diferenciado à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ( Lei Complementar nº 123, de 2006)

Os sistemas eletrônicos já estão preparados para os novos critérios exigidos pela Lei Complementar?

Exigências para a Habilitação

Em que momento o licitante deverá apresentar os documentos originais ou cópias?

Como se opera a verificação da regularidade da habilitação? Os documentos podem seguir via fac-símile?

Oportunidade legal para saneamento documental das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – limites impostos ao poder saneador

Momento da apresentação documental para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Como são encaminhadas as planilhas, quando exigidas no edital?

A impessoalidade (Vantagem do Pregão Eletrônico)

Formas de se encerrar a fase de lances no Pregão Eletrônico incompatibilidades do sistema com o Decreto que regulamenta o Pregão Eletrônico

Negociação

Fase de Julgamento

### **MÓDULO IV - Recursos e Penalidades**

A Interposição de Recursos no Pregão Eletrônico.

Penalidades

Homologação e Adjudicação

## **MÓDULO V - A defesa do pregoeiro perante o TCU**

Noções

Órgãos de controle externo

A ampla defesa e o contraditório

Tipos de controle – legalidade, legitimidade e economicidade.

Quando as decisões do TCU serão vinculantes?

Jurisdição do TCU – quem está submetido ao seu controle?

Competência do TCU – estruturação sistêmica

Solidariedade na condenação

Da execução das decisões – eficácia de título executivo

Direitos do servidor perante o TCU

Prestar informações

Cuidados a serem tomados pelos servidores

A função do parecer jurídico

A responsabilização do parecerista – argumentos aceitáveis para a defesa

Consulta ao TCU– requisitos para a consulta?

Defesas processuais dilatórias

Citação

A audiência

Alegações de defesa

Recursos cabíveis no TCU

Tipos recursais

Pressupostos recursais

Aplicação dos recursos

A quem serão dirigidos?

Competência das câmaras e do plenário

Prazos recursais

Diferenças práticas entre prestação de informações e recursos

O recurso ao TCU inibe a entrada com recursos no Poder Judiciário?

Aplicação de multas pelo TCU

Recursos cabíveis no TCDF

Tipos recursais

Pressupostos recursais

Aplicação dos recursos